

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.158945/2022-69

## 2. Descrição da necessidade

2.1. De acordo com o Documento de Formalização da Demanda, os serviços de limpeza, conservação e higienização, desinfecção serem executados nas dependências da Gerência Executiva de Santa Maria e suas unidades jurisdicionadas, são necessários e imprescindíveis à Administração, considerando que a interrupção dos serviços comprometerá a continuidade das atividades precípua do INSS, pelo que está perfeitamente enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/1993 e do Art. 1º, §1º do Decreto nº 9.507/2018).

2.2. O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, art. 3º, § 2º do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000). Também se enquadra nos pressupostos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.4. As situações relatadas podem representar um impacto direto na qualidade e na continuidade do atendimento prestado aos cidadãos nas Agências da Previdência Social, bem como no funcionamento das unidades administrativas do Instituto, ocasionando perda de produtividade, insatisfação de servidores e cidadãos e, conseqüentemente, prejuízos à imagem institucional.

2.5. Nesse sentido, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, apresenta-se como uma alternativa viável, oferecendo diversas vantagens técnicas e econômicas, dentre as quais se destacam:

2.5.1. A capacidade das empresas especializadas na prestação dos serviços pretendidos em planejar, coordenar, administrar e executar suas obrigações por meio de profissionais treinados para a função que desempenham, a disponibilidade de equipamentos, acessórios, insumos e materiais necessários à execução dos referidos serviços.

2.6. Acresce-se, às justificativas ora mencionadas, a necessidade de atendimento das demandas apresentadas pela Área Requisitante.

2.7. A contratação pretendida representa ação que colabora com as iniciativas previstas no ceta de contratos, por meio da qual se busca alcançar os objetivos estratégicos institucionais, especialmente no que concerne à busca incessante pela melhoria do atendimento à população, objetivo primordial do Planejamento Estratégico do INSS.

2.8. Há contratação centralizada em andamento, na fase de planejamento, sendo realizada no processo SEI **35014.018642/2022-12**. Porém, por tratar-se de licitação que englobará as 19 GEX da SRIII, e que encontra-se na fase de autorizações internas, não há garantia de conclusão da licitação até a data de encerramento do contrato da GEX Santa Maria. Por esse motivo a presente contratação se dará de forma descentralizada, para atender unicamente as unidades vinculadas à GEX Santa Maria.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COFL SRSul	Antonio Marcos Ribeiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Legais:

### Leis Federais:

Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

### Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

### Instruções Normativas

Instrução Normativa SG/MPDG nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

### Requisitos de Manutenção:

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

### Requisitos Temporais

O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, limitado a sessenta meses, contados a partir da assinatura do contrato. Em casos excepcionais o futuro contrato poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, de acordo com o contido no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

### Requisitos de Segurança

Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

### Requisitos de projeto e de implementação

Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

**Requisitos de experiência profissional**

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

**Requisitos de formação da equipe**

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

**Requisitos de metodologia de trabalho**

Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

**Requisitos de segurança da informação**

Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

**Requisitos da Qualificação Técnica da Contratada:**

Na presente contratação, diferente da contratação centralizada, será exigido apenas um ano de experiência, pois não há previsão de prorrogação do futuro contrato tendo em vista que, no final de um ano da contratação inicial, já deverá estar em execução o Contrato Centralizado.

O período de experiência a ser exigido não refere-se à experiência na limpeza propriamente dita, mas sim, experiência do Contratado com relação à sua capacidade administrativa de gestão da mão de obra a ser fornecida ao INSS.

Será fixada no Termo de Referência a exigência de comprovação mínima de 1 ano de experiência referentes a 100% dos postos do serviço da parcela mais significativa da contratação, ou seja, limpeza e conservação.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. A presente demanda deverá ser atendida através da contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização, e desinfecção Covid 19, tendo em vista que tal solução já é praticada ao longo dos últimos anos e atende perfeitamente as necessidades do setor requisitante.

5.2. A Licitação será realizada para atendimento exclusivo das unidades vinculadas à GEX Santa Maria tendo em vista justificativa constante no item 2.8 do ETP.

5.3. Nesse sentido a contratação descentralizada não apresenta resultado de Estudo que comprove a sua vantajosidade. Trata-se de ação preventiva adotada pela equipe de Planejamento, detectada durante a fase de análise de Riscos da Contratação centralizada de limpeza de que pode ocorrer da Contratação Centralizada não estar finalizada quando da necessidade de nova contratação da GEX Santa Maria (02/08/2022) e por esse motivo a contratação descentralizada, neste caso específico, acaba se tornando a melhor solução, pois afasta a necessidade de uma contratação emergencial, ou, em uma hipótese pior, da cessação dos serviços nas unidades.

5.4. São, portanto, as premissas:

- a) Primeira premissa: de caráter financeiro, em que são avaliados os custos estimados para cada alternativa, observando-se o orçamento disponível.
- b) Segunda premissa: relacionada à qualidade dos bens e serviços, refletida por características que permitam o atendimento das necessidades dos usuários do INSS, por meio de serviços de melhor qualidade.

**5.5. Justificativas da solução escolhida**

5.5.1. Portanto, a partir da análise dos modelos de contratação disponíveis, o INSS promoverá a contratação da solução já praticada ao longo dos anos, ou seja, empresa especializada para execução de serviços de limpeza, conservação e higienização e desinfecção com fornecimento conjunto de materiais, equipamentos, uniformes e EPIs.

5.5.2.. Por tratar-se de uma contratação que visa garantir a continuidade dos serviços para a GEX Santa Maria, sem perspectiva de prorrogação, serão contratados no presente processo somente os serviços essenciais, ou seja, limpeza, conservação e desinfecção, sem a inclusão dos serviços sob demanda contemplados pela contratação Centralizada.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente processo tem por objeto a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos imóveis da Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS. O Regime de Execução será o de empreitada por preço global para os itens referentes a limpeza e conservação e Postos Covid com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.1.1. O regime de execução foi definido tendo como base a definição legal, considerando as características dos serviços a serem contratados. No caso dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, tanto a Administração quanto as Licitantes sabem de antemão os serviços a serem executados em termos quantitativos e qualitativos, conforme descrição no TR (metros quadrados a serem limpos, rotinas de limpeza, utilização de materiais).

6.2. Os serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção possuem natureza continuada e permanente, cuja interrupção pode comprometer a prestação dos serviços da Administração. A contratação deverá estabelecer condições adequadas de salubridade e higiene, assegurando integralidade ao patrimônio público, funcionamento das atividades finalísticas e o cumprimento da missão institucional do INSS.

6.2.1. O treinamento e administração da mão de obra terceirizada ficará a cargo da prestadora dos serviços, não implicando em custos adicionais para a contratação;

6.2.2. As funções de serventes elencadas neste instrumental estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, sob o número 5143-20.

6.2.3. Os serviços serão executados de acordo com a metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, pode ser adaptada às especificidades da demanda de Unidade.

6.3. Atividades de desinfecção: Os serviços de desinfecção correspondem as atividades realizadas nos consultórios de perícia médica, assistência social e reabilitação profissional. Os serviços a serem realizados nos referidos ambientes serão contratados na condição de postos de trabalho, na proporção de 01 (um) servente a cada 04 (quatro) consultórios/salas. Nos locais de atendimentos realizados de forma centralizada, em único local, a proporção adotada será de 4,2 (quatro vírgula dois) consultórios /salas por servente.

6.3.1. Limpeza e desinfecção das salas de perícia médica, assistência social e reabilitação profissional, com as seguintes características:

6.3.2. Material: Borrifador e Pano para limpeza de superfície;

6.3.3. Produto: álcool líquido 70% e demais produtos saneantes, observando segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1994), devem ser considerados para a aquisição de produtos saneantes os seguintes itens: A natureza da superfície a ser limpa ou desinfetada e o seu comportamento perante o produto e a possibilidade de defeito ou corrosão da superfície a ser limpa (ex: matéria prima utilizada para fabricação do anteparo de acrílico que não recomenda desinfecção com álcool);

6.3.4. Para limpeza dos anteparos de acrílico devem ser utilizados flanelas, sabão ou detergente neutro ou outros produtos adequados.

6.3.5. EPI obrigatório para esse profissional: luvas de borracha, calçados fechados, máscaras, protetor facial, gorro e capote descartável;

6.3.6. Frequência Estimada: Após a realização de cada atendimento (entre 12 a 19 rotinas por sala)

6.3.7. Tempo de Execução de aproximadamente 6,5 minutos após cada atendimento;

6.3.8. Recolher sacos de resíduos dos recipientes próprios (lixeiras identificadas com material infectante) quando 2/3 de sua capacidade estiverem preenchidos ou sempre que necessário, evitando coroamento ou transborde;

6.3.9. Para atender a nova rotina de trabalho de limpeza e desinfecção necessária para as salas de perícia, avaliação social e reabilitação profissional, após a saída de cada usuário, são necessárias, no mínimo, 12 limpezas de aproximadamente 6,5 minutos para cada sala de perícia médica e para os consultórios de assistência social e reabilitação profissional serão necessárias 5 limpezas de aproximadamente 6,5 minutos cada.

6.3.10. A limpeza a ser realizada deve atentar para as áreas críticas, tais como mesas, maçanetas, teclados de computador, maca, balança, impressora, equipamentos utilizados pelo profissional no atendimento, escada, torneiras de pia, anteparo de acrílico, assentos, etc.

6.3.11. Todos os resíduos produzidos por aqueles que se encontram nas unidades do INSS, com suspeita ou confirmação de infecção pela COVID – 19, devem seguir as seguintes recomendações:

- serem separados, colocados em sacos de lixo constituídos de material resistente a ruptura vazamento e impermeáveis;
- Os resíduos devem ser acondicionados, em sacos vermelhos ou brancos, que devem ser substituídos quando atingirem 2 /3 de sua capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 48 horas, independentemente do volume e identificados pelo símbolo de substância infectante;
- Serem introduzidos em outro saco limpo, constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeáveis, de modo que os resíduos fiquem acondicionados em sacos duplos, bem fechados e identificados com o dizer: CUIDADO RESÍDUO INFECTANTE – COVID - 19, nas cores vermelha ou branca, de modo a não causar problemas para o trabalhador da coleta e nem para o meio ambiente

6.4. Outra questão que precisa ser esclarecida na presente contratação é quanto a aplicação do adicional de insalubridade sobre os postos efetivos de trabalho. Como o INSS não possui laudo em cada uma de suas unidades, foram utilizadas para definição da estimativa de custos as regras das CCTs específicas de cada localidade.

6.4.1. Insalubridade Rio Grande do Sul: Há previsão em CCT de pagamento de adicional de insalubridade em grau MÉDIO para todas as serventes e em grau MÁXIMO para as serventes que efetuam a limpeza de banheiros públicos ou de grande circulação. Estas serventes que deverão receber insalubridade em grau máximo são tratadas no TR como "SERVENTES BANHEIRISTAS".

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A contratação se dará através de produtividades (para o caso da limpeza ordinária) definida ao longo do Planejamento, com estudo histórico, adequação aos limites da IN 05/2017.

7.1.2. Para as unidades em que a área física é menor do que a produtividade estabelecida será considerada como área (interna /externa) a produtividade mínima de referência adotada (Anexo VI-B, item 9, IN/SEGES/05/2017).

7.2. Para a mensuração da quantidade de postos de Covid foram utilizadas informações sobre quantidade de salas de perícia e assistentes sociais e respectivos horários de funcionamento.

7.2.3. A metodologia para contratação dos "Postos Covid" diferencia-se da metodologia utilizada para contratação da limpeza ordinária, a qual é por m², pelos seguintes motivos:

7.2.3.1. A contratação dos postos Covid atende às determinações internas constantes no Ofício SEI Circular nº 39/2020/DGPA /PRES-INSS de 16/07/2020 e Ofício SEI Circular nº 40/2020/DGPA/PRES-INSS de 17/07/2022. Ambas as orientações definem as atividades e rotinas vinculadas à quantidade de consultórios de perícia/assistentes sociais (uma servente a cada 4 salas /consultórios) e não ao tamanho das referidas salas. Por esse motivo a mensuração do contrato não pode dar-se por m²;

7.2.3.2. O formato da contratação está alinhado com definições de padronização da Direção Central para padronização que, apesar de ainda encontrarem-se em andamento, já serviram de direcionamento para a presente contratação (SEI 35014.081402 /2021-65).

7.2.3.3. Salienta-se, ainda, que tal metodologia tem sido aplicada pelo INSS em seus últimos pregões, tanto na SRSUL quanto nas demais Superintendências, sem que houvesse havido quaisquer questionamentos por órgãos de controle e/ou licitantes.

7.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, EPI'S, uniformes e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

7.3.1. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, objetivando a correta execução dos serviços.

7.3.2. Será de inteira responsabilidade da contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos produtos.

7.3.3. Os materiais/insumos deverão ser usados com eficiência para evitar desperdícios, estando sujeita a empresa a aplicação de glosas caso seja identificado tal prática por parte dos empregados.

7.3.4. Será de inteira responsabilidade da contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos equipamentos, assim como providenciar a manutenção e substituição dos equipamentos danificados.

7.3.5. A CONTRATADA deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem danos às pessoas, bem como aos revestimentos, pisos, instalações, e redes de água e esgoto.

7.3.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas contendo marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou similar) com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

7.3.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Projeto Básico e na proposta, observado o disposto no subitem anterior, devendo ser substituídos o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3.8. Os equipamentos deverão ser fornecidos de uma só vez, e a Administração arcará com o custo da depreciação correspondente APENAS ao período contratual. Portanto, o custo dos equipamentos deverá ser reportado à planilha de formação de preço a título de depreciação por posto de trabalho. Suas substituições deverão ser realizadas a cargo da Contratada sem onerar o valor contratual firmado.

7.3.8.1. Para o cálculo do insumo Depreciação de Equipamentos, adotou-se vida útil de 10 anos. Para elaboração da Planilha a Licitante deverá seguir orientações da RFB.

7.3.9. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais e equipamentos no início da execução conforme planilha estimativa de custos. Independente do material/equipamento ser de entrega mensal ou entrega única (uma entrega no início do contrato com compromisso de manter disponível/funcionando), estes devem estar disponíveis nas dependências da contratante para uso pelos funcionários da contratada NO PRIMEIRO DIA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.3.10. As entregas posteriores dos materiais de consumo mensal serão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Recibo e deverão ser suficientes para a perfeita execução dos serviços (tanto com relação à qualidade quanto à quantidade).

7.3.11. A Contratada deverá fornecer, treinar e exigir que seus empregados utilizem equipamentos de segurança proporcionando a eles condições que lhes protejam a saúde e/ou previna acidentes e/ou doenças do trabalho.

7.3.11.1. Os EPIs serão entregues aos prestadores de serviços sem qualquer desconto dos empregados.

7.3.11.2. Os EPIs deverão estar de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora 6 (NR-6).

7.3.11.3. Os EPIs necessários à execução das tarefas deverão estar no local da prestação de serviços, integralmente desde o primeiro dia da execução contratual. Cada empregado, mediante recibo contendo a lista descritiva relacionando cada EPIs deverá assinar, datar e atestar ter recebido os materiais completos. Uma via desta relação assinada deverá ser entregue antes do efetivo início dos trabalhos à Fiscalização do Contrato.

7.3.11.4. A relação MÍNIMA de EPIs é a disposta na planilha estimativa de custos. O valor total dos EPI's deverá ser dividido pelo número de meses e pelo total de serventes com o objetivo de compor o valor a ser inserido na planilha de composição de custos de cada trabalhador. A empresa deverá se responsabilizar pela reposição dos EPI's quando necessário ou quando solicitado pela Administração.

7.3.12. Os uniformes e seus complementos a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser novos e com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo condizentes peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

7.3.12.1. O uniforme deve atender o contido na CCT e os quantitativos mínimos previstos na Planilha Estimativa de Custos.

7.3.13. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, compatível com o clima da região, durável e que não desbote facilmente, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

7.3.14. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.3.14.1. No início da execução (primeiro dia) do contrato a empresa deverá entregar todas as peças a serem discriminadas no Termo de Referência, devendo ser substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

7.3.14.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, observando-se que as trabalhadoras gestantes ou lactantes têm o direito de permanecerem afastadas de atividades de risco durante a gestação e amamentação (art. 394-A da CLT);

7.3.14.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.4. Para definição do quantitativo de materiais foi utilizado o consumo histórico das unidades com licitações recentes. O Consumo histórico consta demonstrado em cada um dos processos licitatórios, a saber: 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau), 35014.203479/2021-01 (Limpeza Caxias do Sul), 35014.203509 /2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa) e 35014.029007/2022-52 (Limpeza Florianópolis).

7.4.1. Para a correta mensuração do material a ser previsto nas licitações, foram utilizados 6 meses de consumo, sendo 3 anteriores à pandemia e 3 durante o auge da pandemia. Dessa forma a média de consumo representa 75% do total de material necessário para uma situação “normal”.

7.4.2. Atualmente a situação de Emergência da Covid 19 tem sido amenizada, inclusive com alguns protocolos sendo aos poucos abandonados, tais como a obrigatoriedade de uso das máscaras e restrição de atendimento.

7.4.3. Considerando no INSS algumas equipes passaram para atendimento remoto, a equipe estima que o retorno do Atendimento espontâneo das APS e a normalização dos agendamentos intensifique o trânsito de segurados nas unidades, porém não mais nos patamares anteriores à Pandemia.

7.4.4. Desta forma, para se estabelecer a média de consumo da presente licitação foi utilizada a média das contratações anteriores, aplicando-se um acréscimo de 20% o que eleva a estimativa do consumo para 90% da média histórica pré pandemia.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	MATERIAIS												Modo Geral	Valor Médio	Custo Médio por Servente	
		QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Menor por servente (24 serventes)	QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Material por servente (18 serventes)	QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Material por servente (12 serventes)	QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Material por servente (15 serventes)	QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Material por servente (10 serventes)	QUANTIDADE HISTÓRICA (DEZ Pontos Grossa)	Material por servente (8 serventes)				
Acido Murático	litro	4	0,17	8	0,17	6	0,4	8	0,4	5	0,16	5	0,16	0,28	0,31	R\$ 9,87	R\$ 2,18
Alga Fortalecedora	litro	12	1,04	142	3,13	80	0,33	80	0,33	112	4	3,86	4,28			R\$ 7,12	R\$ 0,96
Alcool Gel 70%	500 ml	18	0,75	17	0,35	50	3,33	50	3,33	19	0,64	1	1,89	2,02		R\$ 7,79	R\$ 15,73
Alcool 70% líquido	litro	78	2,82	146	2,82	20	1,33	20	1,33	58	2	1,85	2,22			R\$ 17,51	R\$ 17,51
Cera líquida	5 litros	45	0,16	18,6	0,39	3	0,2	3	0,2	8	0,28	0,25	0,25			R\$ 21,36	R\$ 0,48
Desinfetante de uso geral/banheiro	5 litros	40	1,67	64	1,33	16	1,07	16	1,07	14	0,5	1,13	1,35			R\$ 8,83	R\$ 11,87
Desinfetante impresso pessoal	5 litros	5	0,21	8	0,19	2	0,13	2	0,13	3	0,18	0,17	0,2			R\$ 49,22	R\$ 9,88
Desinfetante líquido neutro	5 litros	11	0,46	22	0,46	6	0,33	6	0,33	14	0,5	0,49	0,6			R\$ 11,49	R\$ 8,78
Desinfetante para Louça	500 ml	35	1,46	85	1,35	18	1,07	16	1,07	29	1	1,19	1,43			R\$ 1,83	R\$ 2,23
Folha 50%	Unidade	21	0,48	0,86	1,2	0,8	1,2	0,8	1,2	3,8	28	1	3,81	1,58		R\$ 7,42	R\$ 8,19
Fita de limpeza verde, 230mmx100mm	Unidade	24	1	34	0,71	12	0,8	12	0,8	30	2	1,89	1,27			R\$ 2,47	R\$ 3,15
Fluoreto de cálcio 110mmx75mmx20mm	Unidade	48	2	88	2,34	24	1,6	24	1,6	58	2	1,85	2,22			R\$ 0,79	R\$ 1,89
Folha de limpeza verde, 230mmx100mm	Unidade	48	2	88	2,34	24	1,6	24	1,6	58	2	1,85	2,22			R\$ 2,47	R\$ 3,15
Indicador de nível 300ml	Unidade	4	0,17	8	0,17	3	0,2	3	0,2	9	0,32	0,21	0,25			R\$ 7,31	R\$ 2,31
Lê do ac. na sua dominância	PC - RAM	21	0,88	42	0,88	5	0,33	5	0,33	8	0,28	0,84	0,88			R\$ 1,88	R\$ 1,22
Limpeza em geral	500 ml	4	0,17	8	0,17	3	0,2	3	0,2	8	0,16	0,18	0,22			R\$ 1,32	R\$ 0,73
Linha 1/2" regular	metro	15	0,63	80	1,25	25	1,67	25	1,67	42	1,5	1,34	1,81			R\$ 3,88	R\$ 3,88
Limpador Multiuso (tipo de similar)	500 ml	80	2,05	100	2,39	15	1	16	1	54	5	1,83	2,2			R\$ 3,32	R\$ 8,84
Linha Multiuso regular	100 ml	4	0,17	17	0,35	3	0,2	3	0,2	9	0,32	0,25	0,3			R\$ 2,30	R\$ 0,89
Linha Multiuso para limpeza (semelhante phlog)	litro	80	2,05	110	2,29	15	1	16	1	54	5	1,83	2,2			R\$ 4,71	R\$ 10,83
Limpador de aparelho spray 360ml	Unidade	38	1,58	50	1,34	12	0,8	12	0,8	24	1,23	1,48	1,48			R\$ 7,75	R\$ 11,31
Para para limpeza agrícola 75 x 48 cm (123g)	Unidade	80	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33	187	0,23	18	1,07	16	1,07	58	2	2,15	2,58			R\$ 3,85	R\$ 8,82
Papel higiênico 100 folhas, 100mm x 190mm, 100mm x 190mm	Unidade	38	0,33														

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.537.038,47

8.1. O valor estimado da Contratação foi apurado através de pesquisa de mercado para os insumos.

8.2. Para estimativa dos custos dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra e das serventes horistas foram elaboradas planilhas de Custos e Formação de Preços constantes no Anexo IV do Edital.

8.2.1. A planilha seguiu o alinhamento do INSS disseminado através do último treinamento ofertado.

8.2.2. A elaboração das planilhas também seguiu orientações dos Cadernos Técnicos da SEGES e as Convenções Coletivas atualizadas da categoria.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Súmula nº 274 do TCU expõe a necessidade da Administração observar nas licitações a possibilidade de parcelamento, quando técnica e economicamente viável:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."*

9.2. O Tribunal de Contas da União, ainda, em seu ACÓRDÃO 732/2008 – PLENÁRIO, fez deliberações importantes quanto ao parcelamento e ao fracionamento do objeto a ser licitado:

138. A questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto. No caso vertente, como se trata de aquisição de tubos, conexões e equipamentos hidromecânicos para uma adutora, não vislumbramos qualquer bens divisíveis impedimento para que o objeto seja parcelado, pois, a princípio, tratam-se de pelas suas próprias características construtivas, diferentemente da construção de prédio ou de uma casa, cujas características construtivas, via de regra, recomenda que seja executado por uma mesma empresa. 139. Quanto à viabilidade econômica, realmente, contratos executados em um só lote costumam ter custos indiretos proporcionalmente menores, quando comparado com múltiplas contratações que abarquem o mesmo objeto, por conta da economia de escala. Mas esse tipo de contratação só resultará em benefício à Administração se estiverem presentes outras condições, não evidentes neste caso, como, por exemplo, da ampla competição entre interessados, por exemplo, que não se configurou, haja vista terem comparecido apenas 2 (duas) empresas interessadas no certame, dais quais, uma não conseguir sequer participar pelas razões já expostas. É importante notar, também, que a economia de escala tipicamente associada às contratações mais volumosas encontra um contraponto na maior competição propiciada por licitações menores. Os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência mediante a participação de empresas de menor porte ou mais especializadas não raro igualam ou superam os decorrentes da economia de escala, sobretudo em modalidades licitatórias que favorecem a ampla disputa entre os interessados, como no caso do pregão. 141. Como é fácil perceber, a análise da economicidade de uma contratação é tarefa complexa que depende de diversas variáveis. Por isso mesmo deve ser objeto de uma análise técnica cuidadosa, o que, ao nosso ver, não foi realizado pelo DNOCS, ante a apresentação da Nota Técnica Nº002- DI/2007, que foi elaborada para esclarecer os pontos levantados pela Procuradoria Federal, no Parecer 190/PGF/PF/DNOCS /CAJ/ATPB/2007. Dentre outras questões ali contidas, a aludida nota dedica um tópico às justificativas para a adoção do lote único ao invés de menor preço por lote. Consideramos, então que não há nos autos estudos realizados pelo DNOCS com o nível de detalhamento adequado, a fim de possibilitar uma análise acurada, objetivando que se conclua pela a viabilidade ou não do parcelamento do objeto. 142. Desta forma, quando não houver viabilidade de divisão do objeto, a Administração deve demonstrar de forma expressa e clara que o parcelamento não será a melhor alternativa. O voto do Ministro - Relator, quando do Acórdão no 358/2006 -Plenário, é claro nesse sentido: "Sobre o parcelamento (...), tem-se que ele está previsto no §1º, do art. 23, da Lei no 8.666/93, constituindo-se como regra. Embora sua adoção não constitua medida inafastável, pois não deve implicar perda de economia de escala, há que se realizar sempre prévia avaliação técnica e econômica antes de descartá-la.... Assim, em todas as aquisições, cumpre à Administração demonstrar cabalmente que o parcelamento não se mostra como melhor opção técnica e econômica, de maneira a autorizar a perda da competitividade decorrente de sua não utilização."

9.3. Quanto ao agrupamento dos serviços de limpeza, conservação e higienização e desinfecção com o fornecimento de material, EPIs e uniformes a justificativa é que os serviços se relacionam e, portanto, o agrupamento é vantajoso sob os pontos de vista



técnico e econômico. No presente caso, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade, pois todos os serviços são da mesma natureza e prestados pelo mesmo tipo de empresa, permitindo, ainda, a diluição dos custos indiretos.

9.4. A filosofia da SRSul é a de formar equipes especializadas para atender e solucionar demandas de maneira célere e com precisão técnica, em consonância com o Princípio da Eficiência insculpido no texto constitucional (art. 37 caput da Constituição Federal).

9.5. A justificativa para que a presente contratação não se dê de forma centralizada consta no DFD e no item 2.8 do presente ETP.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

11.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

11.3. A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2020-2023 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução Nº 7 /CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

11.4. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2022: SEI 7216100.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter permanentemente atendidas as necessidades da administração, com a finalidade de propiciar bem-estar aos funcionários e ao público em geral.

12.2. A contratação pretendida dos serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização e desinfecção serão prestados de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria, dando continuidade aos contratos de prestação de serviços já existentes.

12.3. Os serviços de serviços de limpeza, conservação e higienização e desinfecção são considerados serviços continuados, que não podem sofrer solução de continuidade, vez que sua interrupção comprometerá as atividades do Instituto, causando prejuízos a grande parcela da população.

12.4. A contratação em questão destinar-se-á, ainda, à manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às unidades, bem como de atendimento à clientela previdenciária, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o INSS.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação, nos moldes avençados, mostra-se mais benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos adicionais, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra própria, locação e/ou aquisição de equipamentos,

insumos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

13.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de mercado, otimização dos recursos, redução dos desperdícios, diminuição da poluição e demais ações decorrentes para utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa a ser contratada poderá ter bens agregados ao serviço e estes devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade, quando for o caso. Os materiais de consumo solicitados, trata-se de materiais biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados que é mínimo, deverão ser descartados em lixeiras seletivas. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado, e ainda deverá:

14.2. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

14.4. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

14.6. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, e periodicamente, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.7. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 10.936/2022; e

14.8. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.9. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando a quantidade, qualidade e periodicidade exigida.

14.10. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.

14.11. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

14.12. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.13. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

14.14. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

14.15. A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

14.16. Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.

14.17. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização.

14.18. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

14.19. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

14.20. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

14.21. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.22. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

14.23. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

14.24. A contratada deverá recolher as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica.

14.25. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante.

14.26. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I, listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

14.27. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

14.28. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

14.29. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, que sejam biodegradáveis;

14.30. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

14.31. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

14.32. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

14.33. O fornecimento de produtos e serviços deve primar pela qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes premissas:

a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.

- b) Eliminação de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.
- c) Esvaziamento de pelo menos  $\frac{2}{3}$  de lixeiras por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.
- d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.
- e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- f) Comunicar a contratante sobre defeito em torneiras e válvulas de descarga danificadas.
- g) Reutilizar água de limpeza para ambientes externos.
- h) Empregar equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.
- i) Usar equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.
- j) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- k) Realizar a manutenção/substituição dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços que apresentarem mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

14.34. A contratada ficará obrigada a adotar ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

14.35. A contratada deve implementar mecanismos de sustentabilidade ambiental que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

14.36. Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o Guia de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de limpeza, conservação e desinfecção para a GEX Santa Maria é viável e necessária, pois a atual contratação se encerra em 1º/08/2022 sem possibilidade de prorrogação. A contratação centralizada de limpeza e conservação da Superintendência Regional Sul está sendo processada através do NUP SEI 35014.018642/2022-12, porém conforme risco detectado durante o planejamento da referida contratação foi necessária a elaboração de processo isolado para atendimento à GEX Santa Maria visando afastar a necessidade de uma contratação Emergencial ou da interrupção dos serviços.

A contratação dos serviços para a GEX Santa Maria na forma usual do INSS e seguindo-se os parâmetros da IN 05/2017 é a alternativa que melhor atende aos interesses da Administração considerando o andamento do processo Centralizado.

## 16. Responsáveis

Contratação de limpeza, conservação e desinfecção para a GEX Santa Maria é essencial para que não ocorra interrupção no atendimento das unidades.

VIVIAN ZENKER

Analista do Seguro Social

**JULIANA DA SILVA**

Técnica do Seguro Social

**ROBERTA TERRES CARNEIRO**

Analista do Seguro Social